

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
CENTRO INTERDISCIPLINAR DE NOVAS TECNOLOGIAS  
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Cristiane Ferreira D'Avila

**AVALIAÇÃO DOS ALUNOS NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Porto Alegre  
2015/02

Cristiane Ferreira D'Avila

## **AVALIAÇÃO DOS ALUNOS NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Professor (a): **Cleusa Conceição Terres Schuch**

Porto Alegre

2015

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo trazer ao leitor uma narrativa reflexiva, apontando as etapas da implantação e execução do Projeto de Intervenção, com vistas a redefinir a avaliação dos alunos de uma escola da rede pública estadual, no município de Porto Alegre, baseado nos princípios da gestão democrática da educação, alicerçados nos textos de Celso de Vasconcellos e de Jussara Hoffmann. A partir da metodologia da pesquisa-ação, foram trilhados novos caminhos para a avaliação. A trajetória percorrida apontou a necessidade de outro olhar para esse tema, abrindo desta maneira, novas possibilidades de redefinir as relações sociais, a escola e principalmente, a avaliação dos alunos. Todo este processo provocou rupturas e despertou o desejo de fortalecermos ainda mais a escola pública, garantindo o sucesso, a permanência e a qualidade da educação pública, entendendo e respeitando o aluno na sua totalidade, incluindo-o socialmente, colaborando para que se torne um cidadão íntegro e ciente de seus direitos e deveres, enfim, auxiliando na sua emancipação para a vida.

**Palavras-chave:** Gestão Democrática. Avaliação. Redefinição.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	4
2. AVALIAÇÃO DOS ALUNOS NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA ..	7
3. TRILHAS METODOLÓGICAS .....	16
4. CAMINHOS PERCORRIDOS E A PERCORRER.....	20
5. A TRAJETÓRIA SEGUE.....	26
6. REFERÊNCIAS.....	29
7. APÊNDICES .....	30
8. APÊNDICE A- ATAS E FOTOS DAS REUNIÕES .....	31
9. APÊNDICE B- GRÁFICOS DE DESEMPENHO .....	36

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho vem atender aos requisitos do curso de Especialização em Gestão Escolar do Programa Nacional de Formação de Gestores da Educação Básica, na modalidade à distancia, promovido pelo Ministério da Educação em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande dos Sul –UFRGS, respeitando e vivenciando os preceitos da gestão democrática. A proposta inicial era fazermos um movimento coletivo em busca do fortalecimento da escola pública. Para tanto, desenvolvemos o Projeto de Intervenção- PI, o qual veio ao encontro de uma necessidade apresentada, a partir das discussões e reflexões realizadas no coletivo da escola, com vistas a redefinir a avaliação dos alunos. Foram pensadas e realizadas ações que movimentaram o coletivo da escola.

Este trabalho foi realizado em uma escola da rede estadual, criada em 7 de janeiro de 1939, localizada na zona leste da capital gaúcha, que atende da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental, no turno diurno e Educação de Jovens e Adultos, no noturno.

A escola conta com 800 alunos, 70 servidores distribuídos entre professores e funcionários, dividindo os espaços entre os três turnos de funcionamento. Atende a uma comunidade de baixo poder aquisitivo, onde muitas famílias recorrem a Educação de Tempo Integral (Projeto Mais Educação), como meio de complementar o horário de permanência na escola. Sempre que solicitada a maioria da comunidade escolar atende aos chamados da escola, demonstrando interesse na vida escolar de seus filhos.

O Projeto Político Pedagógico- PPP da escola foi elaborado em 2002 e, portanto, necessita de reformulação, a fim de adequar-se à realidade vigente, pois não está mais atendendo as necessidades da escola, devido às alterações sofridas ao longo deste período, portanto, suas metas e objetivos devem ser modificadas.

Atendendo a esta necessidade de reformulação do PPP, o projeto de intervenção teve seu início, promovendo possibilidades para participação de todos os segmentos envolvidos no processo ensino-aprendizagem, possibilitando experienciar vivências da gestão democrática, até então, distantes de nós.

Em virtude das situações até aqui descritas optou-se por iniciar o projeto de intervenção fazendo um estudo para reestruturar o item referente a avaliação, que já vinha apresentando evidências da necessidade de mudanças, pois conforme os gráficos elaborados em todos os trimestres de 2014 (anexados às folhas...), que apresentavam o desempenho dos alunos, víamos que não estávamos atingindo satisfatoriamente os objetivos propostos, necessitando, buscar outros caminhos e novas possibilidades de acesso, permanência e sucesso dos alunos na escola, pois quando falamos em avaliação de alunos, estamos falando de processo em construção e não um fim em si mesma. Este tema foi escolhido pelo coletivo, que embasados na metodologia da pesquisa-ação, estudaram, refletiram e fizeram vários exercícios cíclicos, foram idas e vindas, e nestas idas e vindas, fomos buscando alternativas até então desconhecidas por nós, educadores da escola.

Esse trabalho foi sendo construído nas reuniões pedagógicas, realizadas semanalmente, todas as terças-feiras, à noite, na nossa escola. Inicialmente, nem todos os professores se mostraram motivados para este trabalho, contudo com o passar do tempo os estudos foram se aprofundando e com isto, o coletivo da escola movimentou os espaços, fazendo-nos vivenciar e experienciar os preceitos da gestão democrática, com o estudo e a reflexão sobre a avaliação.

Temos consciência de que nossa caminhada apenas iniciou, há muito que percorrer e o presente trabalho, deixará isto evidente, não estamos no fim, mas sim, no início de um longo processo de redefinição da avaliação, dos alunos de uma escola da rede pública estadual, do município de Porto Alegre, onde os preceitos norteadores da gestão democrática, abriram espaços para novas reflexões. Fomos capazes de escutar a quem talvez nunca tivéssemos dado ouvidos, reestruturando as relações sociais deste espaço tão importante que é a escola.

Nessa trajetória pudemos ressaltar a importância da participação de todos os segmentos da comunidade escolar, que foram determinantes para a execução do PI, pois abriram novas possibilidades e reestruturaram as relações sociais, que por vezes, achávamos que primavam pelo democrático, entretanto, as dificuldades encontradas foram principalmente, as que diziam respeito ao exercício da gestão democrática, que por nossas vivências, ainda não estávamos preparadas para vivenciar e experienciar tais preceitos. Dentro desta perspectiva de participação coletiva, foi possível perceber novas possibilidades de ações-reflexões-ações, em que iniciamos nossa trajetória em busca da redefinição da avaliação.

O presente trabalho está organizado em quatro capítulos, sendo que o capítulo um, Avaliação dos alunos na perspectiva da Gestão Democrática, apresenta a base teórica sobre a temática da avaliação, a partir do estudo e reflexão dos textos de Jussara Hoffmann (1993), Celso Vasconcellos (2000), Jussara Loch (2000), Maria Amélia Franco (2005), Cipriano Luckesi (1998) e Carlos Roberto Cury (2005). O segundo capítulo, Trilhas Metodológicas, está alicerçado na metodologia da pesquisa-ação, que traz grande contribuição na implantação e execução deste PI.

No capítulo três, intitulado Caminhos Percorridos e a Percorrer, amarramos os nós, unindo e costurando todas as ações e reflexões referentes ao tema avaliação. No capítulo quatro, denominado: A trajetória segue, evidenciamos a possibilidade e a manutenção do projeto de intervenção, que não se esgotou, pois, escola é movimento, é ação e, antes de mais nada, a construção coletiva dos saberes e das relações sociais.

## **1-AVALIAÇÃO DOS ALUNOS NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

A trajetória em busca da redefinição da avaliação na nossa escola é longa. Estamos ainda nos primeiros passos desta construção, mas acreditamos na força e na atuação de um todo coletivo que dia-a-dia faz com que o que para muitos é utopia, torne-se realidade. E seguimos, assim, certas de que redefinir a avaliação na escola é o primeiro passo a quem se propõe vivenciar uma gestão democrática, dando aos sujeitos aprendentes a condição de usufruir de um bem público que é a educação, incluindo-os socialmente e emancipando-os, para que não só dêem novo significado a avaliação, mas a própria vida! Que sejam capazes de olhar e de serem vistos como um ser único, dotado de potencialidades e de objetivos a serem alcançados.

Neste sentido, a partir do momento em que repensamos as estruturas de poder da escola, tendo em vista a sua socialização, estamos, inevitavelmente, atentos a uma perspectiva de trabalho com gestão democrática.

Conforme Veiga (2013, p.162): a gestão democrática "Visa romper com a separação entre concepção e execução, entre pensar e fazer, entre teoria e prática."

Desta maneira, estaríamos ressignificando a escola, a partir do momento em que, coletivamente, trabalhamos em prol de um Projeto Político-Pedagógico que retratasse a realidade vigente da escola e fazendo com que este PPP fosse capaz de socializar os problemas da escola, de gestão, do currículo e da avaliação.

Como já fora citado, o foco deste Projeto de Intervenção estava centrado na reformulação deste PPP, com vistas a torná-lo o documento que conforme Veiga (2013, p.163): "Da identidade educacional da escola que regulariza e orienta as ações pedagógicas.", sendo esta capaz, então, de construir a partir do coletivo uma unidade de ação, voltada para um movimento de reestrutura escolar, onde sejamos capazes de garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos alunos que buscam uma formação.

E como não poderíamos deixar de citar um dos alicerces para esta reestrutura estava na Avaliação.

Avaliação é um ato dinâmico que qualifica e oferece subsídios ao PPP, ela permeia todo o processo de planejamento do projeto: a elaboração, a

execução e a avaliação propriamente dita. A avaliação, na perspectiva formativa e crítica, pode ser instrumento de inclusão, de sucesso e, portanto, democrática. (VEIGA, 2013, p.164).

É sobre esta perspectiva de inclusão, de sucesso e de democracia que se pautou o presente trabalho, objetivando redefinir a Avaliação na Escola, sendo esta estudada e refletida por todos segmentos que compõem a escola.

Redefinir a avaliação é fazer um movimento de reflexão -ação sobre as ações pedagógicas até então trabalhadas. É, talvez, criar e fazer surgir novos caminhos, em que o coletivo busque uma unidade de ação a partir de um fazer participativo, com novos significados para a avaliação, visando qualificar o processo de ensino-aprendizagem e o crescimento dos alunos.

E, este fazer participativo, originou-se do estudo de textos sobre a "Avaliação", tendo o texto " Pedagogia da Pesquisa-Ação" (Franco 2005) como alicerce deste trabalho, pois sujeitos e pesquisadores interagiram na produção de novos conhecimentos, todos com a intencionalidade de uma transformação participativa e de redefinir a avaliação na escola, a partir do estudo-reflexão-discussão de textos que apontavam outro caminho, outra perspectiva e outro olhar sobre o tema proposto.

Conforme a autora (Idem, p.486): A pesquisa-ação crítica considera a voz do sujeito, sua perspectiva, seu sentido, mas não apenas para registro e posterior interpretação do pesquisador, a voz do sujeito fará parte da tessitura da metodologia da investigação.

E considerando esta voz do sujeito, fomos durante várias semanas, tecendo os caminhos, unindo os nós e conectando as ações, buscando uma avaliação emancipatória sendo que esta:

Não se restringe à análise do processo de construção do conhecimento do aluno sob a responsabilidade dos educadores, mas que, a partir dela, envolve a totalidade da escola e sua relação com essa construção. Pensar, propor e fazer avaliação dentro dessa perspectiva é retomar, desvelando, todo o currículo. Desde como planejamos, com quem, o quê - conteúdo/procedimentos. Isto é, a avaliação se dá no processo desde sua origem, seu desenvolvimento, desde a avaliação escolar da aprendizagem, da construção do conhecimento pelo educando/ educador até o processo porque passam os diferentes coletivos da escola e a própria escola. Nesse sentido, assim como os sujeitos estão em permanente construção, a escola também se faz e refaz frente aos desafios que se impõem pelos sujeitos que fazem parte dela. Mas também pela relação que estabelece com a comunidade e na sua relação com a cidade enquanto um espaço essencialmente educativo. (LOCH, 2000, p.01).

E utilizando-nos desta perspectiva de avaliação não queríamos mais, utilizar a avaliação como meio de discriminação e seleção social, tínhamos nas mãos uma situação concreta a modificar. E para que estas mudanças fossem ocorrendo, foi preciso que por vezes os papéis de cada um se interpenetrassem, pois, ora estávamos como pesquisadores, ora como participantes, entretanto, é sabido que não se realiza pesquisa-ação em curto espaço de tempo, bem como não se redefina a avaliação de uma escola sem estudos reflexões-discussões-ações. É preciso colocar-se e refletir: para que, para quem e por que avalio? “O substrato de uma concepção de avaliação está na tomada de posição: estar a serviço da reprodução ou da transformação.” (VASCONCELLOS, 2000, p.50 v.3).

Este foi o caminho trilhado, em que divergências de opiniões e conceitos por vezes, já enraizados, foram sendo estudados e refletidos durante o desenvolvimento deste trabalho. Precisamos romper com o *status quo* até então presente em nosso cotidiano escolar, buscando, assim, coletivamente, alternativas, soluções e meios de transformar o nosso trabalho docente, tornando e permitindo que a avaliação fosse colocada e entendida como um meio em si e não um fim. É uma tomada de consciência coletiva, onde a acomodação, a acusação e o cruzar de braços não nos permitia alcançar a educação libertadora. Sabíamos que era difícil mudar a avaliação, pois segundo Celso Vasconcellos: “É muito difícil porque exige uma mudança de postura em relação à Avaliação propriamente dita, quanto à educação e à sociedade.” (VASCONCELLOS, 2000, p. 50).

Entendemos que o problema central da avaliação é a sua utilização como instrumento de discriminação, na medida em que assume, no âmbito da escola, a tarefa de separar os “bons” dos “maus”, legitimando o sistema dominante, sendo assim o caminho legal para a reprovação/aprovação. E o que nos deixa preocupados é a tentativa de manutenção deste sistema por parte dos educadores, que ao exercerem sua função, acabam reproduzindo e transmitindo seus saberes, utilizando-se da avaliação como meio de controle e coerção dos alunos, esquecendo-se de que a avaliação tem o sentido de: “Avaliar para que os alunos aprendam mais e melhor.” (*Ibidem*, p.47)

Sendo assim, a avaliação acaba desempenhando na prática, um papel mais político que pedagógico, ou seja, não é usada como recurso metodológico de reorientação do processo ensino-aprendizagem, mas sim como instrumento de

poder, de controle, tanto por parte da sociedade, como pela escola, pelo professor e pelos próprios pais.

A Avaliação é um processo abrangente da existência humana, que explica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos. (VASCONCELLOS, 200, p.44).

É, portanto, um outro olhar, um novo viés que precisaremos ter e buscar, a fim de que possamos transformar a realidade em que estamos inseridos na certeza de que “Novas ideias abrem possibilidades de mudança, mas não mudam. O que muda a realidade é a prática e seus sujeitos.” (*Ibidem*, p.54).

Mas aqui fica a certeza de que: “Há muitos e muitos personagens fazendo parte desta estória, acreditando que é preciso trabalhar por uma escola que respeite o educando de todas as idades, que o acolha em suas desesperanças e desperte-lhe confiança no futuro. (HOFFMANN,1993, p. 10).

E é justamente em busca desta escola que seguimos e guiamos nosso trabalho, pois como disse Freire: “

“Ora, a educação tem como fundamento justamente a esperança na possibilidade de mudança do outro; senão há esta esperança por parte do professor, como pode educar?” (FREIRE, *apud* VASCONCELLOS, 2000, p. 39, v.3).

E sobre este olhar que debruçamos nossas perspectivas de atingirmos coletivamente uma avaliação emancipatória, trazendo, assim, possibilidades e caminhos a serem trilhados por toda a comunidade escolar. É a construção coletiva de um espaço de aprendizagem, onde haja “esperança” de um futuro melhor e de uma educação de qualidade voltada para a emancipação humana.

Segundo, Cury (2005, p.07): “A função social da educação escolar pode ser vista no sentido de um instrumento de diminuição das discriminações. ”

Cabendo, portanto, ao Gestor Escolar trabalhar nesta perspectiva e tornar a escola “O lugar apropriado onde vai se rompendo fronteiras e revelando, ainda que por contradições, o caráter universal do homem.” (*Ibidem*, p.10).

Vemos, portanto, que ao entendermos e trabalharmos com Gestão Democrática, estamos adotando uma forma dialogal, participativa com que a comunidade educacional se capacita para levar a termo, um projeto pedagógico de qualidade e da qual nasçam cidadãos ativos participantes da sociedade como profissionais compromissados. (*Ibidem*, p11).

Mas tudo isso só fará sentido se formos capazes de romper com as estruturas até então impostas e trabalhadas no cotidiano escolar, pois nós, professores, costumamos reviver na sala de aula, o que fomos e vivenciamos como alunos, recorrendo a avaliação quantitativa em detrimento da qualitativa, tendo como objetivo o resultado final, segregando os ditos bons alunos dos maus. Ao longo deste trabalho, tivemos muitos momentos de reflexão-ação-reflexão que continuam até os dias atuais, pois continuamos buscando caminhos e coletivamente redefinindo a avaliação dos alunos da nossa escola. É evidente que houve um movimento coletivo no espaço escolar, onde os sujeitos tiveram vez e voz, reconstruindo conceitos e percebendo a avaliação como processo, não mais como um fim.

A partir do momento em que tratamos de avaliação, acabamos nos questionando sobre de que maneira iremos direcionar o trabalho docente, já que segundo Luckesi (1998) em seu texto “Verificação ou Avaliação: O que pratica a escola? “Nos deparamos com questões presentes em nossa prática educacional, em que a aferição dos resultados da aprendizagem escolar é utilizada como suporte pela escola, a fim de promover ou não os alunos. Este contexto, aqui apresentado, permeia a escola como um todo, pois estamos muitas vezes trabalhando com a avaliação de forma desarticulada do projeto pedagógico, perdendo, assim, o seu sentido real.

Segundo o autor, “A avaliação não possui uma finalidade em si, na verdade, ela subsidia um curso de ação que visa construir um resultado previamente definido.” (*Ibidem*, p.71).

Para que a Avaliação seja a responsável pela condução da ação docente é preciso que os professores utilizem a aferição da aprendizagem como um efetivo ato de avaliação, buscando compreender os avanços, limites e dificuldades que os alunos estão encontrando para atingir os objetivos propostos. Fora isso, Luckesi aponta que “A verificação é uma ação que congela o objeto, a avaliação, por sua vez, direciona o objeto numa trilha de ação [...] a escola brasileira opera com a verificação e não com a avaliação da aprendizagem.” (*ibidem*, p.76).

Portanto, estaremos vivenciando a avaliação emancipatória a partir do momento em que os professores ensinem até que os alunos aprendam, sem esta perspectiva dinâmica de aprendizagem para o desenvolvimento não estaremos

avaliando, somente verificando. Na verdade, trabalhar com avaliação implica a retomada de ação-reflexão-ação, sendo um processo dinâmico, não estático.

Dentro de muitas escolas nos deparamos com processos estáticos, onde a partir da aferição dos resultados de aprendizagem a preocupação está em atingir ou não, determinado conceito ou nota, desvinculando a aprendizagem propriamente dita em prol de uma possível aprovação ou reprovação. Este processo estático está muito presente em nossa instituição de ensino, o que nos propiciou a possibilidade de buscarmos caminhos para modificar esta realidade, tornando a avaliação como um suporte da ação docente, a partir do momento em que o coletivo da escola, vivencia a aprendizagem como um todo.

E por este motivo, a avaliação da aprendizagem não pode continuar sendo, segundo Luckesi (1998):

A tirana da prática educativa, que ameaça e submete a todos. Chega de confundir avaliação da aprendizagem com exames. A Avaliação da Aprendizagem, por ser avaliação, é amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva, diversa dos exames, que não são amorosos, são excludentes, não são construtivos, mas classificatórios. A avaliação inclui, traz para dentro; os exames selecionam, excluem, marginalizam. (*Ibidem*, p.01).

A fim de que alcancemos o melhor resultado possível, o ato de avaliar, implica a disposição de acolher. Isso significa a possibilidade de tomar uma situação da forma como se apresenta, seja positiva ou negativa. Ao acolhermos a situação tal como ela se apresenta estaremos dando o ponto de partida para se fazer qualquer coisa com ela, por isso, avaliar um aluno implica, em acolhê-lo no seu ser e no seu modo de ser, para então, decidirmos o caminho a seguir.

Sabendo-se já de antemão que esta disposição de acolher está no sujeito do avaliador, e não no objeto da avaliação. Luckesi (*ibidem*, p.01) coloca: "O avaliador é o adulto da relação de avaliação, por isso ele deve possuir a disposição de acolher. Ele é o detentor dessa disposição. E sem ela, não há avaliação. "

Desta maneira, vemos então, que a disposição para acolher é o ponto de partida para qualquer prática de avaliação, pois na verdade, este acolhimento é um estado psicológico que diverge ao estado de exclusão.

Cientes da necessidade deste acolhimento, o ato de avaliar irá trabalhar com dois processos indissociáveis e articulados, que são: Diagnosticar e decidir.

Nesse sentido Luckesi (1998) aponta:

O ato de avaliar não é um ato neutro que se encerra na constatação. Ele é um ato dinâmico, que implica decisão de “o que fazer” sem este ato de decidir o ato de avaliar não se completa. Ele não se realiza. Chegar ao diagnóstico é uma parte do ato de avaliar. (*Ibidem*, p.03).

A partir do momento em que se realiza o diagnóstico é preciso decidir, pois sem isso a ação avaliativa não irá se completar.

Ao trazermos esse conceito da avaliação para a compreensão da avaliação da aprendizagem escolar estaremos evidenciando que é preciso que o educador acolha o educando como ser humano, na sua totalidade e não compartimentado em aprendizagens específicas.

O autor coloca que:

Acolher o educando, eis o ponto básico para proceder atividades de avaliação, assim como para proceder toda e qualquer prática educativa. Sem acolhimento, temos a recusa. E a recusa significa a impossibilidade de estabelecer um vínculo de trabalho educativo com quem está sendo recusado. (*Ibidem*, p.04).

Na realidade, o acolher, significa estabelecer uma possibilidade de abrir espaço para a relação. E como toda relação terá confrontos, que poderão ser de aceitação, de negociação, de redirecionamento, por isso, o ato de acolher é um ato amoroso, onde se inclui e se agrega. Ao acolhermos os educandos, poderemos sim, praticar todos os atos educativos, inclusive a avaliação.

E como ato educativo, a avaliação não se encerra com o resultado de como estão qualificados os educandos, ela obriga a decisão, que não é neutra. A avaliação é a responsável por indicar caminhos mais adequados e mais satisfatórios para uma ação, que está em curso.

Como afirma o autor citado:

Por si, a avaliação, como dissemos, é inclusiva, e, por isso mesmo, democrática e amorosa. Por ela, por onde quer que se passe, não há exclusão, mas sim diagnóstico e construção. Não há submissão, mas sim liberdade. Não há medo, mas sim espontaneidade e busca. Não há chegada definitiva, mas sim travessia permanente, em busca do melhor. Sempre. (1998, p.06).

É nesta travessia permanente em busca do melhor, que seguiremos trilhando este caminho, trazendo novos olhares e novas possibilidades, retirando, desta maneira, o medo, a exclusão e o desamor desta “tirana” dos atos educativos, que é a avaliação. É um outro olhar, uma outra possibilidade de discussão que trazemos. Afinal, existe avaliação desvinculada do acolhimento?

Acreditamos que não, pois todo ato educativo deve, sim, estar pautado no acolhimento e na afetividade, a fim de que, coletivamente, possamos incluir os

educandos, respeitando-os em sua essência mais humana, tornando-os não só incluídos, mas também, cidadãos emancipados, cientes de suas responsabilidades, potencialidades e possibilidades múltiplas, dando vez e voz, a quem há muito tempo, ninguém escuta.

E nestas trilhas, nestas idas e vindas nos deparamos com os princípios da gestão democrática, que representa o eixo norteador de todo trabalho desenvolvido no curso de Pós-Graduação da Escola de Gestores, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, primando pela necessidade urgente de se repensar a escola, a partir da participação efetiva de todos os segmentos que compõem a Comunidade Escolar.

Quando se fala em participação, estamos trilhando e promovendo rupturas no coletivo das escolas, pois é preciso que adotemos novas posturas, a fim de trilharmos novas possibilidades de acesso, permanência e sucesso dos educandos, visando uma educação pública de qualidade, fortalecendo a escola pública como um todo. Esta ação coletiva, deve permear todos os espaços da escola, abrindo discussões e reflexões acerca da aprendizagem dos alunos como um todo, trazendo contribuições significativas de todo o coletivo, que será capaz de buscar soluções e vislumbrar um futuro melhor, onde o direito à educação seja respeitado e além disso, que este último, seja percebido como um direito social, capaz de promover a emancipação humana, através de uma educação de qualidade, voltada para o ser humano único, integral.

Entretanto, para que isto ocorra necessitamos que o Projeto Político-Pedagógico reflita a identidade da escola, primando pela participação dos sujeitos, a fim de que se construa no cotidiano as relações de respeito, solidariedade, união e antes da mais nada, que sejamos capazes de perceber o “lado humano” que permeia nossos espaços escolares. Humanos, que muitas vezes, chegam até a escola, desacreditados e desesperançosos. É preciso reconstruir e desconstruir conceitos até então, arraigados em nossas escolas, em que docentes e discentes caminhem juntos, a partir das trilhas que a avaliação nos possibilita. Trata-se de um processo que não se esgota, pois como seres humanos, que somos, sempre teremos possibilidades de escrever e reescrever nosso futuro.

A partir do momento em que sejamos capazes de promover uma educação pública de qualidade, dando oportunidades de que o coletivo da escola, construa conjuntamente as possibilidades que somente a educação nos oferece, estaremos

colaborando para a construção de uma sociedade mais igualitária, como afirma Cury(2005, p.01): “A educação é fundante da cidadania e tal princípio é fundamental para a participação de todos nos espaços sociais e políticos. ”

Desta maneira, estaremos respeitando a função social da educação, que é a de ser utilizada como instrumento de diminuição das discriminações, possibilitando respeitar e vivenciar o pressuposto fundamental do direito à educação, que é o respeito à igualdade e a diferença. E quando se fala em igualdade, estamos colocando igualdade de acesso, permanência e sucesso do educando, seja qual for sua condição socioeconômica, raça, etnia, gênero, idade. Necessitamos de um novo significado para a escola, em que possamos construir não só elementos cognitivos, mas onde sejamos capazes de produzir e reproduzir as relações sociais, portanto, não é mais possível se falar em gestão escolar sem vincularmos o gestor ao seu papel de um mediador das relações sociais que ocorrem nos espaços escolares, desverticalizando , as decisões, fazendo com que o mesmo prime pela participação efetiva de todos segmentos da comunidade escolar, em que o coletivo trabalhe em prol dos princípios da igualdade, liberdade objetivando desta maneira a emancipação humana, reavaliando e avaliando, cotidianamente, o fazer pedagógico e as relações sociais que permeiam a escola, tornando-a como possibilidade única de transformação da realidade vigente.

Afinal, estamos trilhando caminhos para transformar a realidade ou para mantê-la?

Nossa trajetória está a serviço da transformação da realidade vigente, buscando dar um novo significado não só para a aprendizagem dos alunos, mas para a vida, resgatando a esperança de um mundo melhor, emancipando-os e tornando-os cidadãos críticos e cientes da realidade social em que estão inseridos, estabelecendo novas relações sociais capazes de fortalecer e qualificar a educação pública na sua essência mais humana e totalitária, igualando os desiguais.

## 2-TRILHAS METODOLÓGICAS

O Projeto de Intervenção veio ao encontro de uma proposta dinâmica de vivência da gestão democrática, a partir do momento em que foi possível, através das ações implementadas ao longo do PI evidenciar a participação efetiva de toda comunidade escolar envolvida no processo ensino-aprendizagem, com vistas a assegurar, uma educação pública de qualidade, voltada para emancipação humana.

Na escola, em questão, as práticas envolvendo a possibilidade de uma concepção de gestão democrática, eram de certa maneira utópicas, pois não havia movimento de reflexão-ação-reflexão na tomada de decisão. Não era uma gestão que primasse pelo coletivo e suas necessidades e, juntamente, com isto, nosso corpo docente, especificamente os professores das séries finais do Ensino Fundamental, apresentavam grande resistência a discutir seus métodos de trabalho.

A avaliação vinha apresentando índices insatisfatórios, índices que foram trabalhados a partir de gráficos de desempenho, utilizados em reuniões e que originaram o interesse do coletivo dos professores a trabalharem com essa temática, já que nas primeiras reuniões que estes gráficos foram apresentados, apontando o percentual de alunos com conceitos insatisfatórios; os docentes os consideraram altíssimos, recorrendo a discussões exaltadas, negando-se a perceber que os resultados ali apresentados eram oriundos de seu trabalho pedagógico, os quais não estavam na sua maioria atingindo o coletivo dos alunos.

Nestes momentos, ouviam-se falas recorrentes de que os alunos apresentavam conceitos insatisfatórios, porque:

“Não fazem nada”;

“Não querem estudar”;

“Não prestam atenção”;

“Só fazem bagunça, conversam o tempo todo”;

“Só se interessam pelas redes sociais, etc.”

Nesta trajetória, o difícil foi fazer com que o corpo docente atentasse para o fato de que havia algo a ser modificado no fazer pedagógico, a fim de que os alunos obtivessem melhores resultados. A cada final de trimestre, a reunião pedagógica era voltada para este trabalho específico, até que por fim, o grupo de professores, não

vendo muitas possibilidades de mudança, optou, então, por trabalhar a avaliação, passando a entender o porquê de índices tão insatisfatórios, na verdade, o grupo não conseguia trabalhar levando em conta o aluno como um todo. Neste contexto, as ações deste PI, se desenvolveram, a partir do momento em que após discussões entre os segmentos de professores, funcionários e equipe diretiva, optou-se pela reformulação do PPP, dando ênfase especial a avaliação.

Para tanto, foi organizado um cronograma de atividades. Estas atividades forma realizadas as terças-feiras, no turno da noite, em que nas reuniões pedagógicas e administrativas, gestores, professores, funcionários e comunidade escolar foram convidados a redefinir a avaliação dos alunos da nossa escola, a partir de ações coletivas que se desenvolveram ao longo da implementação deste PI.

Para a realização destas atividades, inicialmente, foram distribuídos capítulos dos livros de Jussara Hoffmann e Celso Vasconcellos que tratavam sobre o tema em questão. Os professores foram organizados em grupos, estudaram estes textos e posteriormente, apresentaram aos colegas, trazendo as suas releituras e os comparando de forma dinâmica com a avaliação desenvolvida pela escola até o presente momento. Conforme, Franco (2005, p.483): “A pesquisa-ação deve ser essencialmente uma pesquisa intencionada à transformação participativa, em que sujeitos e pesquisadores interagem na produção de novos conhecimentos”.

Neste contexto, pudemos evidenciar a pesquisa-ação, pois ora estávamos como sujeitos, ora como pesquisadores, mas sempre tendo como foco: A redefinição da avaliação.

Foram momentos de grande movimento na escola, possibilitando vivenciar a gestão democrática, pois durante os estudos, as funções misturavam-se e a participação efetiva de todos os segmentos evidenciou-se. Inicialmente, tínhamos o objetivo de trabalhar a Avaliação desde a Educação Infantil até o 9º ano do Ensino Fundamental, entretanto, observou-se que os professores das séries iniciais vivenciam a Avaliação em sua totalidade e não de forma compartimentada como os educadores das séries finais do ensino fundamental a vêem. Por tudo isso, nosso foco voltou-se essencialmente para trabalhar a avaliação de forma específica nas séries finais do ensino fundamental.

Estas observações foram realizadas durante as reuniões, pois todos contribuíram com colocações e experiências vivenciadas no cotidiano escolar, seja na condição de professor ou recordando quando eram alunos. Ocorreram trocas

muito significativas, pois em determinados momentos, os professores puderam perceber que ainda traziam para a sua sala de aula, resquícios de suas vivências como alunos. Muitos, perplexos, observaram que, na verdade, a avaliação pouco se modificou, pois continuamos arraigados as notas, conceitos, estamos ainda medindo conhecimentos e não os vivenciando.

Vemos, pois, que Franco (2005, p.486) coloca: “A pesquisa-ação deve partir de uma situação social concreta a modificar, e, mais que isso, deve inspirar nas transformações e nos elementos novos que surgem durante o processo e sob influência da pesquisa. ”

Por tudo isso, acredito que estamos no caminho de atingir nosso objetivo inicial, pois saímos de uma situação concreta e a partir dos estudos conseguimos modificá-la e inspiramo-nos nas transformações e nos elementos novos que surgiram a partir da pesquisa, entendendo e ressignificando a avaliação na escola, a partir da participação efetiva de todos os segmentos, fomos democratizando os espaços da escola e conseguindo fazer com que todos os envolvidos tivessem um outro olhar e que antes de mais nada, conforme Vasconcellos (2002, fossem capazes de perceber a

Avaliação como processo abrangente da existência humana, que implica uma reflexão crítica sobre a prática, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos. (VASCONCELLOS, 2002, P.44, v3).

Os pais e alunos participaram deste processo, pois na reunião de apresentação do Calendário Escolar, todos foram convidados a participar ativamente da vida escolar de seus filhos, buscando refletir e perceber a escola, como possibilidade de emancipação humana e fonte capaz de resgatar a cidadania dos seres aprendentes, nossos alunos. A adesão dos pais às novas ideias deu-se a partir do momento em que estes foram convidados a acompanhar o desempenho escolar de seus filhos, através da participação no dia-a-dia escolar, visando a qualidade da aprendizagem dos mesmos.

E com isso, o processo de intervenção seguiu e os estudos foram sendo realizados.

A cada encontro de formação, os grupos de professores traziam suas contribuições, a partir do texto trabalhado, com dinâmicas e metodologias variadas,

abrindo ao final do trabalho, espaço para discussão dos segmentos envolvidos, fazendo com que na reflexão coletiva se buscasse uma unidade de ação.

A implementação deste Projeto de Intervenção, ainda não se esgotou, pois constantemente retomamos as discussões acerca da avaliação, entretanto, penso que atingimos nossos objetivos iniciais, pois a partir do momento em que vejo os professores discutindo a avaliação e vendo-a como um meio e não mais como um fim, buscando alternativas para o sucesso e a permanência dos alunos, acredito que iniciamos o caminho. Resta saber, agora, se a avaliação na escola terá a intenção de transformar a realidade que nos cerca ou mantê-la.

E com esta retomada de possibilidades, vamos coletivamente trilhando um novo caminho para a avaliação da escola, entendendo-a como um processo de construção coletiva e humana do saber.

### **3-CAMINHOS PERCORRIDOS E A PERCORRER**

O Projeto de Intervenção teve seu início em 02 de dezembro 2014, quando em reunião pedagógica-administrativa ficou evidenciada a necessidade de reformulação do Projeto Político-Pedagógico da escola, devido ao fato deste não retratar a realidade vigente da escola, pois conforme já fora citado no início deste trabalho, este apresentava-se desatualizado e descontextualizado. Nesta oportunidade, o corpo docente discutiu, refletiu e traçou novos rumos a serem percorridos pelo coletivo da escola em busca de uma melhor qualidade e sucesso na educação de nossos alunos. Ficou acordado, que as reuniões ocorreriam as terças-feiras, no turno da noite, onde em diferentes oportunidades todos os segmentos seriam contemplados, a fim de que se discutisse os rumos que a escola iria tomar.

Na ocasião, todos foram convocados a pensar no tema central que o Projeto de Intervenção iria desenvolver.

Foi um momento importante de construção de uma escola que se propõe a vivenciar a Gestão Democrática, pois foi preciso perceber a escola como possibilidade de emancipação humana, a partir da concepção do caráter público da educação, desta maneira os espaços foram democratizados, objetivando o fortalecimento da escola pública, entendendo esta como direito social básico, a partir da participação efetiva e coletiva de toda a Comunidade Escolar.

E com este olhar, visando a construção no coletivo, o Projeto de Intervenção movimentou o espaço escolar, a partir do momento em que, no dia 09 de dezembro 2014, o corpo docente discutiu, refletiu e optou por trabalhar com o tema da avaliação dos alunos como norteador do Projeto de Intervenção.

A escolha deu-se por levarmos em conta a angústia do corpo docente atentados para o fato de não estarem atingindo satisfatoriamente os objetivos propostos, tendo como referencial os gráficos de desempenho, já citados, que a cada final de trimestre eram apresentados e discutidos pelo corpo docente. Nestes momentos a equipe diretiva demonstrava, quantitativamente, o quão distante de uma avaliação emancipatória, a escola se encontrava, pois, desta maneira, os professores conseguiam visualizar nos gráficos, seus próprios desempenhos. O que

por vezes ocasionava muitas discussões, pois alguns colegas, não tendo argumentos que justificassem tais índices recorriam às falas recorrentes no ambiente escolar, tais como:

- “Ele não sabe nada”;
- “Já está reprovado”;
- “ Não aprende”;
- “ Em matemática, está reprovado”;
- “Comigo ele faz” etc....Dessa forma, ficava a cargo somente do aluno o sucesso ou o fracasso escolar. Já outros professores, percebiam e refletiam acerca de seu trabalho pedagógico, tentando buscar alternativas e soluções, mas os movimentos eram solitários e os caminhos não se encontravam, fazia-se necessário e urgente, uma mudança de postura de um todo coletivo e neste movimento de idas e vindas é que fomos beneficiadas com a possibilidade de desenvolvermos um Projeto de Intervenção, em que pudéssemos ressignificar o que há muito tinha perdido seu significado, que era a avaliação. Todas as ações eram pensadas de forma compartimentada, em blocos, não havia unidade nas ações. Nos conselhos de classe participativos, isto se evidenciava ainda mais, pois os professores ao apresentarem aos alunos seus desempenhos, levavam em conta, apenas sua disciplina. Já os professores das séries iniciais, conseguiam, de certa maneira, realizar uma avaliação mais humana e totalitária. Fora estas questões, o PPP da escola, necessitava de urgente reformulação, pois não representava mais a identidade da escola.

A avaliação precisava ser entendida como processo norteador de um trabalho pedagógico de qualidade e alicerçado na realidade presente ao espaço escolar em que atuamos, onde nossos alunos fossem avaliados na sua totalidade, como seres únicos que são.

E a partir deste momento, o movimento vigente na escola denunciava a possibilidade de mudanças de paradigmas e de concepções, pois o corpo docente se perguntava:

- “ Avaliar o quê? Para quê? Para quem?

Neste encontro, após muito refletir o corpo docente foi convidado a repensar, individualmente, sobre o que é avaliação. Foram abordados vários pontos e no final, o grupo de professores iniciou a sua trajetória em busca de uma nova concepção de Avaliação.

A avaliação foi sendo trabalhada dentro da perspectiva da participação coletiva, com textos selecionados pelos docentes. O trabalho iniciou tendo como alicerce a pedagogia da Pesquisa-Ação, pois sujeitos e pesquisadores interagiram na produção de novos conhecimentos, tendo como foco central a intencionalidade de uma transformação participativa para redefinir a Avaliação da escola.

Conforme, Franco (2005): “A Pesquisa-Ação crítica considera a voz do sujeito, sua perspectiva, seu sentido, mas não apenas para registro e posterior interpretação do pesquisador; a voz do sujeito fará parte da tessitura da metodologia da investigação.” (2005, p.487).

Por considerar esta voz do sujeito fomos durante várias semanas, tecendo os caminhos, unindo os nós e costurando as ações buscando vivenciar no cotidiano escolar uma avaliação emancipatória, pois não queríamos utilizar a avaliação como meio de discriminação e seleção social.

Tínhamos nas mãos uma situação concreta para modificar. Para que essas mudanças ocorressem foi preciso que por vezes os papéis se interpenetrassem, pois, ora estávamos como pesquisadores, ora como participantes. Entretanto, é preciso salientar que não se faz Pesquisa-Ação em curto espaço de tempo, bem como não se redefine a avaliação da escola sem estudos-reflexões-discussões e ações.

No dia 16 de dezembro 2014, os professores reuniram-se novamente, a fim de selecionar os textos que seriam utilizados na pesquisa. Neste dia, percebemos que havia um grande movimento em relação a avaliação, pois as observações realizadas apontavam para o fato de que os professores das séries finais do ensino fundamental apresentavam maior resistência para perceber o nosso aluno como um todo. Nessa reunião, ficou estabelecido que o grupo trabalhasse com os textos de Celso de Vasconcellos e Jussara Hoffmann. Foram feitas cópias destes materiais e, inicialmente, pensou-se em estratégias de apresentação.

Entretanto, devido a aproximação do final do ano letivo os estudos dos materiais selecionados ficaram para o início do próximo ano letivo.

E, precisamente, em 03 de março de 2015 o Projeto de Intervenção foi retomado, na reunião pedagógica ficou acordado e agendado que os textos selecionados seriam distribuídos em pequenos grupos e que após estudos dos mesmos, estes deveriam ser apresentados aos colegas e que além dos professores,

equipe diretiva, funcionários, os pais e alunos seriam consultados dando voz a suas inquietudes.

O trabalho iniciou com estudos sobre os textos de Celso de Vasconcellos e na sequência os de Jussara Hoffmann.

Pudemos observar que conforme o tempo passava e os estudos se aprofundavam, havia um movimento diferente na escola, onde por vezes, alguns colegas, inclusive se exaltavam, a fim de tentar garantir suas opiniões.

Foram momentos de idas e vindas, um movimento cíclico se fez na escola, em que ora estávamos avançando e ora percebíamos o quão distante estávamos do ideal de avaliação apontado pelos autores citados.

Durante mais duas semanas o trabalho seguiu seu curso, pois nos dias 10 e 17 de março de 2015 os docentes continuaram as apresentações de seus textos aos colegas. O movimento foi intenso e trouxe as transformações que esperávamos, pois a cada apresentação, os professores tentavam se superar, trazendo atividades variadas, bem como maneiras diversas de apresentar o tema proposto. Inclusive dramatizações foram realizadas, apontando as diferentes concepções de avaliação. Foi muito gratificante, pois nos víamos nos personagens, embora estejamos traçando um novo caminho para avaliação da escola, conseguimos perceber o quanto estamos alicerçados na avaliação tradicional, onde o resultado final é o que importa; mas não desistimos e continuamos avançando neste projeto e no dia 24 de março de 2015 contamos com a presença de toda comunidade escolar.

A reunião foi organizada para apresentar o calendário escolar do ano letivo de 2015 e aproveitamos a oportunidade para discutir coletivamente a importância da avaliação e fazê-los perceber a escola como um bem público e colocamos aos pais, alunos e professores que é preciso a participação efetiva de toda a comunidade escolar, a fim de democratizarmos os espaços escolares, para fortalecer a escola, tendo esta como possibilidade de inclusão social e emancipação humana.

Neste encontro, tivemos muitas contribuições dos pais, suas falas simples, por vezes nos emocionaram, pois muitos se mostraram mais humanizados que muitos dos docentes que hoje atuam nos bancos escolares. Apesar da pouca educação formal, suas vivências apontam a necessidade da educação.

- “ Quero que meu filho seja alguém na vida”;

- “ Se não estudar, vai acabar como eu “ etc....

Ficou evidente, que embora a escola pública passe por momentos de crises, muitos pais ainda a veem como única possibilidade de emancipação e inclusão social.

Como educadores sabemos que a cada dia novos desafios nos são impostos e que muitas vezes estamos a margem da sociedade que não acredita na educação pública de qualidade, entretanto estamos aqui para que, então?

Nosso trabalho seguiu sua trajetória por mais duas semanas, sendo que nos dias 31 de março e 07 de abril de 2015, após as apresentações dos trabalhos, avançamos em nossos estudos, ficando evidente ao corpo docente, que na realidade, precisávamos ter um outro olhar para avaliação, conforme Vasconcellos (2000), pois:

Houve uma inversão em sua lógica, ou seja, a avaliação que deveria ser um acompanhamento do processo educacional, acabou tornando-se o objetivo deste processo, na prática dos alunos e da escola; é o famoso estudar para passar. (VASCONCELLOS, 2000, p.26).

E neste processo ficou evidente que os professores das séries iniciais conseguem de certa maneira ter este olhar mais totalitário em relação a avaliação, já os professores das séries finais do ensino fundamental apresentavam resistência a trabalhar dentro desta perspectiva, pois trabalhavam em blocos, não de forma integrada. E o movimento em torno do tema seguiu, pois conforme Vasconcellos: “Avaliação escolar é um grande desafio” (2000, p.25). Desafio, pois implica em respeitar o aluno na sua totalidade, proporcionando uma educação de forma integrada, fazendo com que sejamos capazes de atar os nós e costurar coletivamente o processo de ensino-aprendizagem, buscando o crescimento do aluno de maneira qualitativa e não quantitativa, como viemos fazendo até hoje, na maioria das escolas.

E este desafio ainda persiste resistente nos ambientes escolares, pois mesmo trabalhando criticamente o tema acima exposto, ainda encontramos entraves neste percurso, pois segundo Vasconcellos (2000): “Por que é tão difícil mudar a avaliação? É muito difícil porque exige, antes de mais nada, uma mudança de postura do educador tanto em relação à Avaliação propriamente dita, quanto à educação e à sociedade.” (ibidem, p.50).

E com estes questionamentos e reflexões o Projeto de Intervenção foi se realizando e abrindo caminhos para novos olhares e novas formas de trabalhar com

a avaliação, pois essencialmente, nas séries finais do ensino fundamental este trabalho alcançou melhores resultados.

Após a explanação criteriosa de todos os grupos, conforme fotos anexadas as fls. 34/35, o corpo docente, alunos, pais e equipe diretiva foram convidados a redefinir a avaliação dos alunos da nossa escola, a partir da construção coletiva de um conceito de avaliação, que fosse capaz de retratar as necessidades de nossa comunidade escolar. Juntos, iniciamos uma trajetória em busca do conceito que refletisse os desejos, anseios, angústias e necessidades do coletivo, optamos então por: Precisamos avaliar para que nossos alunos aprendam cada vez mais e que sejam capazes de se superar a cada dia.

Vemos, portanto, que conforme Hoffmann (1993, p. 10): Há muitos personagens fazendo parte desta estória, acreditando que é preciso trabalhar por uma escola que respeite o educando de todas as idades, que o acolha em suas desesperanças e desperte-lhe confiança no futuro.

E esta confiança no futuro, ultrapassa os muros da escola, pois é preciso que os gestores escolares entendam e vivenciem a gestão democrática, fortalecendo a escola pública, dando vez e voz aos sujeitos que fazem parte do contexto escolar.

Este Projeto de Intervenção trouxe inúmeras transformações no cotidiano escolar, pois possibilitou a pesquisa, o estudo, a reflexão e as ações que foram gradativamente costuradas por todo o coletivo da escola. Este coletivo deu voz as suas necessidades e anseios, possibilitando um movimento único de transformação que perpassa todas as ações da escola. Na última reunião, o corpo docente já havia delineado o que iria tratar na posterior Jornada Pedagógica, optando por trabalhar questões que envolvessem “o todo do aluno”, sua integralidade como ser humano.

Assim, o PI não se encerrou, pois, os movimentos de ação-reflexão-ação continuam até hoje, onde a comunidade escolar, pensa, dialoga e opina sobre o coletivo e que ações serão adotadas, a fim de que a escola seja entendida e percebida como um bem público, capaz de transformar a realidade, buscando caminhos para uma educação de qualidade, tendo bases democrático-participativas. Neste contexto, evidenciamos ainda mais o papel do gestor escolar, que tem o grande desafio de tornar a escola pública um espaço pedagógico crítico e alicerçado na construção coletiva de ações que fortaleçam esta escola e que seja capaz de realizar a inclusão social, emancipando a pessoa humana.

#### **4-A TRAJETÓRIA SEGUE**

Ao longo da implantação e execução do Projeto de Intervenção, onde o foco central foi a avaliação dos alunos fomos construindo e reconstruindo conceitos até então presentes em nosso cotidiano escolar, pois saímos de uma condição única e por vezes determinista, passando a trabalhar com o coletivo da escola, vivenciando os princípios da gestão democrática, em que a participação efetiva de todos os segmentos, na tomada de decisões, se fez presente.

Na realidade, vivenciamos um exercício de cidadania e de democracia que a escola não estava acostumada. Foram idas e vindas, discussões-reflexões-ações, verdadeiros movimentos cíclicos que nortearam este trabalho. Esta caminhada vem sendo construída de forma gradual, pois hoje é possível perceber a relação que se estabeleceu entre escola e família, pois nas entradas dos turnos de atendimento aos alunos, vemos aumentar o número de pais que procuram os professores ou equipe diretiva, para saberem como está o desenvolvimento da aprendizagem de seus filhos. E esta parceria estabelecida traz benefícios a todo coletivo da escola, que cooperativamente trabalha em prol de uma educação de qualidade.

As mudanças oriundas deste trabalho são de suma importância não só para o coletivo da escola, mas, essencialmente, para o gestor escolar, que muitas vezes se vê engessado pelo sistema, não conseguindo vislumbrar saídas. A saída está na tomada de decisões envolvendo todo coletivo, pois de certa maneira, todos acabam se comprometendo e traçando coletivamente novos rumos para escola. Fazendo emergir a ideia de pertencimento e com base nas contribuições, a partir dos textos trabalhados, acredito que optaremos por transformá-la, pois nossa realidade escolar não difere das outras realidades, de uma escola pública que atende a uma comunidade carente de todos serviços básicos e que ainda não consegue vislumbrar que antes de ser um direito fundamental, a educação é um direito humano, pois visa resgatar a cidadania e emancipar estas pessoas, a fim de que usufruam dos direitos fundamentais da pessoa humana.

Para que isto ocorra foram realizadas muitas discussões e as falas que até então eram recorrentes, hoje, já quase não se escutam dentro da escola, pois muitos docentes foram tocados em suas posturas e convidados a superar suas dificuldades, tendo então, um outro olhar não só para avaliação, mas também para o

aluno. Hoje, alguns professores já começam a perceber e entender os alunos como um ser único, não mais compartimentado como os viam anteriormente.

Com este trabalho ficou evidente que não esgotamos as possibilidades de intervenção na escola, pois em virtude deste PI e dos princípios que norteiam a gestão democrática, temos ainda um longo caminho a ser percorrido, reformulando, reconstruindo e ressignificando a escola. Precisamos ultrapassar os muros da escola e vivenciar a tomada de decisões no coletivo transformando o currículo, as práticas pedagógicas, diminuindo, assim, a evasão escolar, motivando docentes e discentes para a realização de um planejamento participativo, em que todos reconheçam na transparência das ações coletivas, a gestão democrática da escola como foco da gestão, pois conforme Vasconcellos: “Novas ideias abrem possibilidades de mudança, mas não mudam. O que muda a realidade é a prática” (2000, p. 54).

Precisamos, na verdade, de novas ideias, que sejam colocadas em prática e isto implica em tornar a escola como alicerce de uma sociedade cidadã, onde os sujeitos interajam coletivamente. Cabe a nós, educadores, promover um novo significado de escola, onde passa-se a construir não só elementos cognitivos, mas onde sejamos capazes de produzir e reproduzir as relações sociais, pautadas na emancipação humana e na inclusão social, isto é, entender a escola como um espaço de relações de igualdade de direitos.

Cabe ressaltar, nesse momento, que ao contextualizarmos a situação atual da educação gaúcha, nos deparamos com um cenário em que a escola pública está sucateada e desacreditada, com estruturas físicas deficitárias e principalmente com docentes desmotivados, em virtude das péssimas condições de trabalho e de sobrevivência que lhes são impostas, recorrendo a movimentos constantes de paralizações e greves, buscando, resgatar um pouco da dignidade que ainda lhes resta, pois muitos destes são submetidos a condições desumanas, sendo que por vezes, não possuem recursos nem mesmo para poderem usufruir de condições básicas de sobrevivência.

Quando falo isto não se trata de imaginação, exagero, mas constatação, a partir de fatos que nossos colegas professores nos narram em momentos de extrema desilusão com a profissão, desmotivando-se e perdendo, por vezes, o essencial do exercício que a docência nos dá, que é a esperança de modificação do ser humano. E aí o coletivo dos professores coloca:

“Como acreditar? Se somos desacreditados”

“Como sonhar? Se estamos num pesadelo”

“Como educar? Se nos deseducam”

“Como viver? Se não conseguimos sobreviver”

Penso que este momento que vivemos em nosso estado é muito delicado e desafiador, parece haver um desmonte organizado com uma intencionalidade velada, pois quanto mais distantes dos bancos escolares, melhor será a possibilidade de manipulação das pessoas. A escola seria um local onde não devemos ensinar para transformar, mas para manter o sistema vigente, acreditando que a educação pública não tem qualidade e que seus professores são despreparados. Quando, na realidade, sabemos e sentimos, diariamente, os entraves e dificuldades pelos quais a escola passa.

O que nos movimenta são os seres humanos com quem convivemos, pois acreditem, nossos alunos nos fortalecem, nos mostram caminhos, devolvem nossos sonhos e esperança. Esperança, de termos uma educação pública de qualidade, garantindo o acesso, a permanência e o sucesso dos educandos nos espaços escolares, pautados nos preceitos da gestão democrática, em que poderia ser traduzido estes preceitos como: “ Uma andorinha só não faz verão. ”

Isto significa que: uma pessoa só não faz educação, não faz avaliação, não transforma a realidade vigente, entretanto, quando trabalhamos coletivamente, podemos dizer que somos como aves, que se juntam num mesmo voo, com objetivos únicos. Para tanto, é preciso que os educadores se apropriem de seus saberes e que retomem sua posição de mestre, não se vitimando frente ao sistema. Precisamos traçar metas e objetivos que deem conta da realidade em que a escola está inserida, não adianta apenas sonharmos com uma escola que não temos, pois, cada escola é única, com suas individualidades e particularidades, necessitando de uma readequação curricular, pedagógica e humana dos espaços escolares, em que sejamos capazes de voarmos juntos, seguindo nosso voo coletivo em busca de redefinir a avaliação e a escola pública, mas para que isso ocorra é necessário que o gestor escolar trabalhe dentro de uma perspectiva horizontalizada de gestão, vivenciando e experienciando, no cotidiano escolar, que tem como norteador a participação do coletivo na tomada e direcionamento das decisões.

## REFERÊNCIAS

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O direito à educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola.** Brasília: Escola de Gestores, 2005. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufscar/file.php/1gestores/direito/pdf/jamilcury.pdf>>. Acesso em 16/09/2015.

FRANCO, Maria Amélia Santoro- **Pedagogia da Pesquisa-ação:** São Paulo, v.31, n.3, set. /dez.2005.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **AVALIAÇÃO MEDIADORA: uma prática em construção da pré-escola à universidade/ Jussara Maria Lerch Hoffmann.** Porto Alegre, Educação e Realidade,1993.

LOCH, Jussara Margareth de Paula. **Avaliação: uma perspectiva emancipatória-Espaço Aberto.** 2000. Disponível em: <<http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc12/v12a07.pdf>>. Acesso em 16/09/2015.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Verificação ou avaliação: o que pratica a escola.** 1998. Disponível em: <[http://www2.ccv.ufc.br/newpage/conc/seduc2010/seduc\\_dir/download/avaliacao1.pdf](http://www2.ccv.ufc.br/newpage/conc/seduc2010/seduc_dir/download/avaliacao1.pdf)>. Acesso em 16/09/2015.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos, **1956-AVALIAÇÃO: Concepção Dialética-libertadora do Processo de Avaliação Escolar.** 11 edições. São Paulo: Libertad,2000. (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v.3).

VASCONCELLOS, Celso dos Santos, **1956-Construção do Conhecimento em Sala de Aula de Aula.** 11 edições. São Paulo: Libertad,2000. (Cadernos Pedagógicos do Libertad; v 2).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico e gestão democrática: novos marcos para educação de qualidade.** Retratos da escola. Brasília, DF Vol.3, n.4, p.163 – 171, jan. /jun.2009.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE- A- ATAS E FOTOS DAS REUNIÕES

046

### Ata número 01 de 2015

Nos três dias do mês de março, reuniram-se Direção, Professores da Anea, CAT e EJA, no saguão da escola, com a seguinte pauta: avisos gerais e exame profundo das questões avaliativas. Iniciou-se com a divisão dos participantes em grupos; seguiu-se a leitura e análise das abordagens de uma avaliação emancipatória e mediadora, de modo que o aluno seja avaliador a partir de suas diferenças e potencialidades. Fomos como base referencial as seguintes obras: "Avaliação Mediadora - uma prática de construção da pré-escola à universidade", de Jussara Hoffmann; "Avaliação: concepção dialética-libertadora do Processo de Avaliação escolar", de Celso Vasconcelos, passou-se à análise dos textos e preparação do material para apresentação na próxima reunião. As leituras foram debatidas dentro dos grupos; discutimos questões relativas ao processo avaliativo dominante, de um sujeito "classificado" e rotulado, e que precisa ser mudado para um conceito transformador de crescimento efetivo. Nada mais havendo a tratar, uniu-se a presente ata, assinada por todos os presentes. Porto Alegre, 3 de março de 2015. ~~União Walter, Audrey Tatiana Bruscarollo, Eli Silva da Paz, 10/10/2015~~ ~~Elisângela, Claudine Seisena, Cristiane Caloni, Airi Rome' Paiva, Fabiano, Genady Sand de Oliveira de Fernandes, Renata Lazzari, Valécio Jordão de Assis, Otávio, RB;~~

### Ata número 02 de 2015

Nos dez dias do mês de março de dois mil e quinze, reuniram-se no saguão da Escola Direção, Professores da Anea, CAT e EJA, com os objetivos de: 1º - avisos gerais sobre horários de aulas, liberações ou não de Professores; a Direção frisou a necessidade

## APÊNDICE- A - ATAS E FOTOS DAS REUNIÕES

pesquisa - e repensar o sentido da avaliação, para que se aprofunde humanisticamente. Nada mais havendo a tratar, encerra a presente ata. ~~Ata nº 03~~,  
 Grazielle Graciele Fernandes, Renata Bazzoni  
 Ata nº 04 de 2015

Aos vinte e quatro dias do mês de março de dois mil e quinze, realizou-se a reunião convocando a direção da escola, professores, funcionários, comunidade escolar e conselho escolar, no saguão da escola, com a seguinte pauta: horários dos turnos na escola, calendário escolar, normas referentes ao vestuário dos alunos, procedimentos para a entrada da escola, Páscoa solidária, atualização dos dados de identificação dos pais, estudos dos professores e direção referente à avaliação. Para iniciar a diretora da escola desejou as boas-vindas aos pais. Em seguida, apresentou-se o site da escola e seus estratégias, tais como espaços para consulta de fotos dos eventos da escola, contatos, organograma da escola. No momento, a diretora apresentou as equipes diretivas e pedagógica da escola. Além disso, salientou que a volta do Mais Educação ainda nos foi liberada, portanto a escola aguarda para retomar essas atividades. No site, encontram-se os horários de atendimento da escola. Assim foi alertado que os horários da escola são no turno matutino CAT oito horas às doze horas, área sete horas e quarenta minutos às doze horas; no turno vespertino o horário é para o CAT das 13h30 às 17horas, área é das 13h20min às 17h40min; no noturno,

## APÊNDICE- A- ATAS E FOTOS DAS REUNIÕES

047

Ata nº 03 de 2015

Nos dezesseis dias do mês de março de dois mil e quinze, realizou-se a reunião envolvendo todos os Professores; Dirigentes, obedecendo a sequência de apresentações de estudos sobre avaliação emancipatória e seus desdobramentos, sob a ótica de Jussara Hoffmann e Vasconcelos. Iniciamos com os avisos gerais, referentes ao Dia das Mães; livros disponíveis para o CAF; ficou marcada reunião com a Comunidade Escolar. O calendário escolar 2015 foi examinado por todos os presentes. A seguir, a Direção questionou aos professores os motivos destas reuniões; se os objetivos reais da avaliação estão sendo alcançados; enquanto instrumento de aprovação ou exclusão; é necessária uma nova proposta, mais abrangente e diferenciada, o aluno deve ser estimulado para o crescimento permanente. A partir do final do século XX, novas formas foram introduzidas à avaliação, sob inspiração freudiana. A Escola é uma "possibilidade" - capacitar para o desafio, diversificar propostas e estratégias, visando o aluno na sua totalidade. Continuaram as apresentações de estudos realizados pelos grupos, iniciando pelos relacionamentos de avaliação - dramatizando sob forma teatral, recorrendo o quotidiano da avaliação, comparando duas formas de avaliação: uma tradicional e superada, a outra, construtiva e evolutiva. O próximo grupo apresentou a avaliação mediadora no ensino médio e no ensino superior; requer uma nova formação, com rubrica dialógica - sem foco nas "notas", e sim, na aprendizagem, na produção do conhecimento de forma diferenciada. O próximo relatório aborda a preparação do educador para os desafios que o aluno vai encontrar: ensinar o aluno a pensar, descobrir, conhecer, perceber novos enfoques da realidade que o cerca; o grupo seguinte apresentou: "avaliação mediadora, uma construção de vida"; é preciso ter aprofundamentos teóricos, muita

## APÊNDICE- A- ATAS E FOTOS DAS REUNIÕES



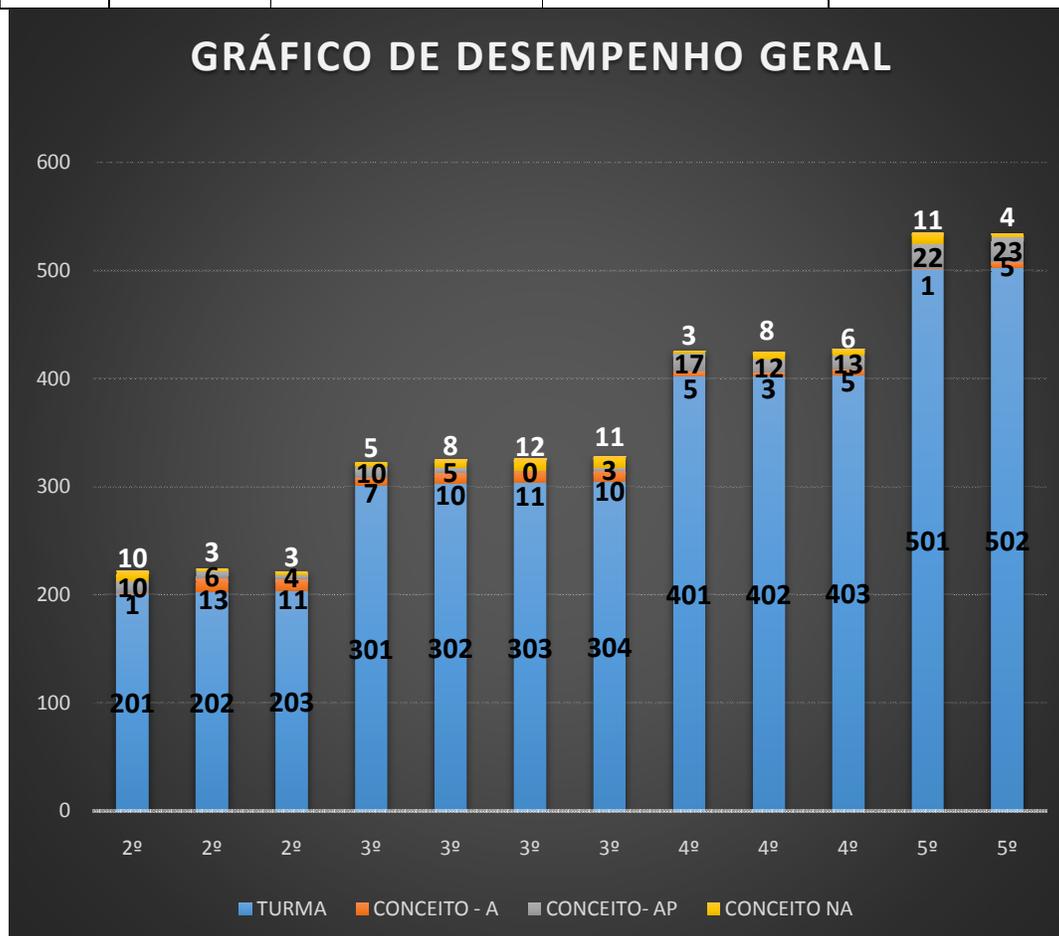
### APÊNDICE- A- ATAS E FOTOS DAS REUNIÕES



## APÊNDICE-B – GRÁFICOS DE DESEMPENHO

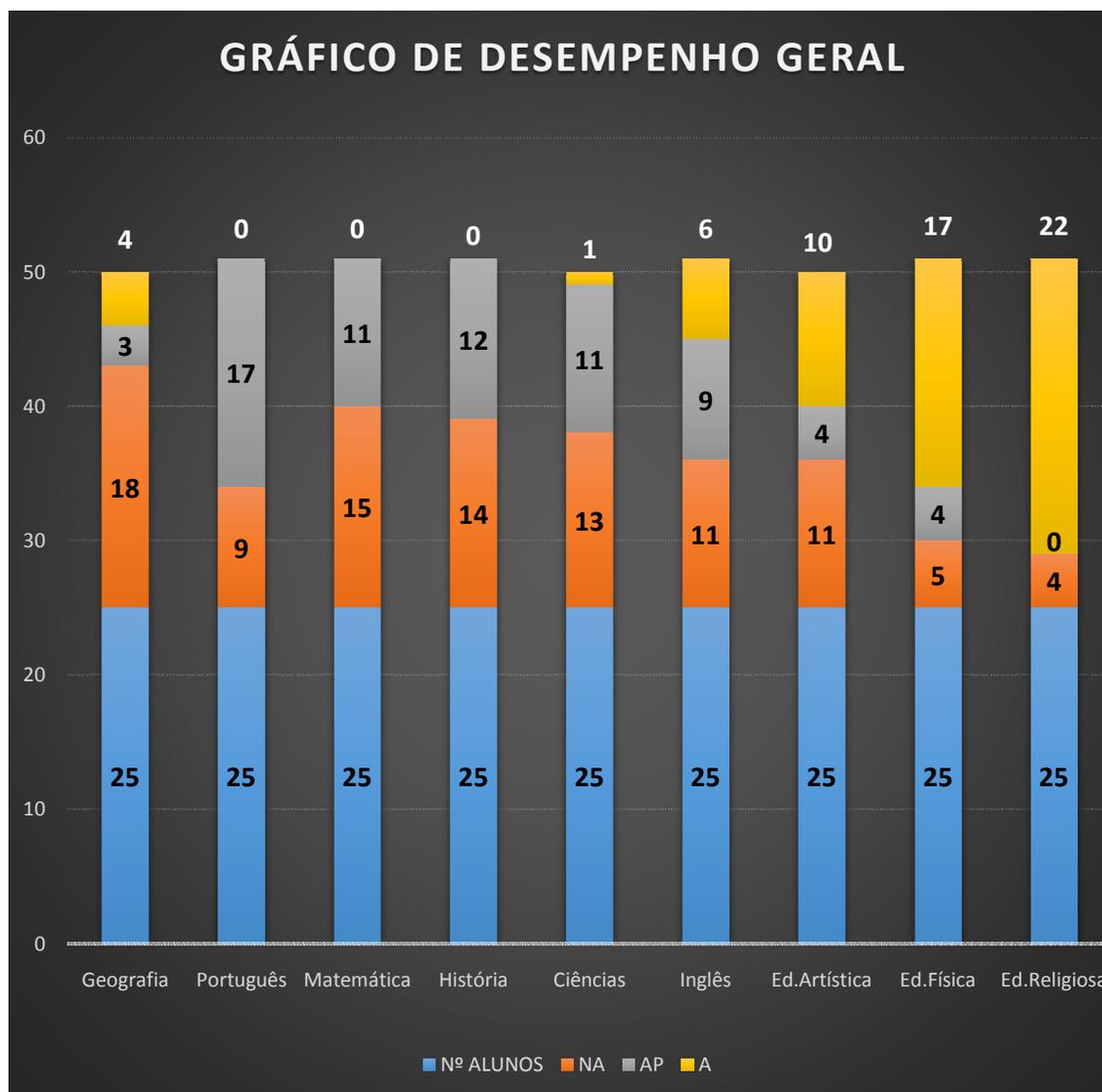
PLANILHA DE RENDIMENTOS CAT- SÉRIES INICIAIS – 1º TRIMESTRE/2014				
ANO	TURMA	CONCEITO - A	CONCEITO- AP	CONCEITO NA
2º	201	1	10	10
2º	202	13	6	3
2º	203	11	4	3
3º	301	7	10	5
3º	302	10	5	8
3º	303	11	0	12
3º	304	10	3	11
4º	401	5	17	3
4º	402	3	12	8
4º	403	5	13	6
5º	501	1	22	11
5º	502	5	23	4

### GRÁFICO DE DESEMPENHO GERAL



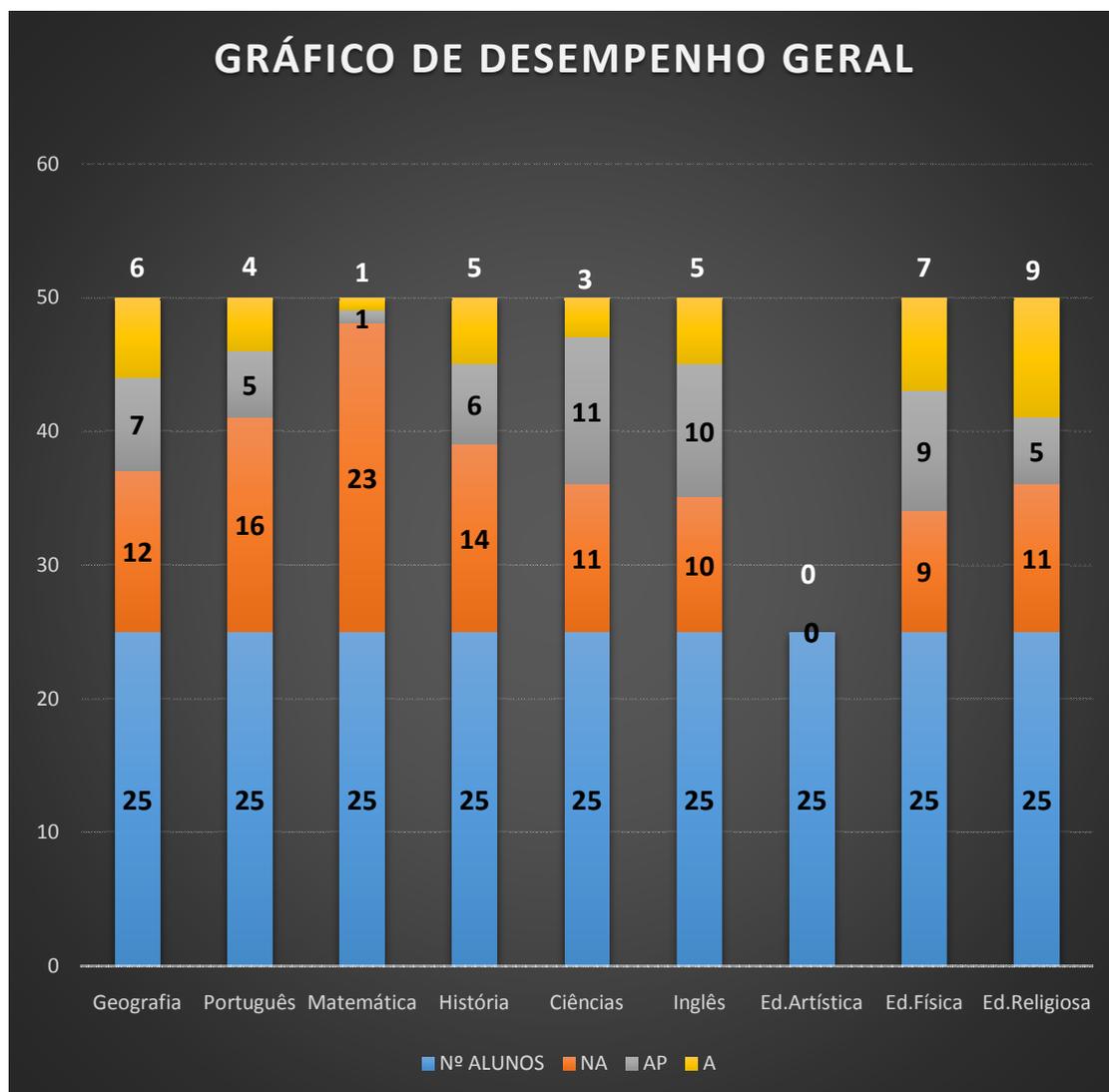
**APÊNDICE-B - GRÁFICOS DE DESEMPENHO**

PLANILHA DE RENDIMENTOS SÉRIES FINAIS DO E. FUNDAMENTAL-2014					
TURMA	DISCIPLINA	Nº ALUNOS	NA	AP	A
601	Geografia	25	18	3	4
601	Português	25	9	17	0
601	Matemática	25	15	11	0
601	História	25	14	12	0
601	Ciências	25	13	11	1
601	Inglês	25	11	9	6
601	Ed.Artística	25	11	4	10
601	Ed.Física	25	5	4	17
601	Ed.Religiosa	25	4	0	22
<b>TOTAIS</b>		<b>25</b>	<b>100</b>	<b>71</b>	<b>60</b>



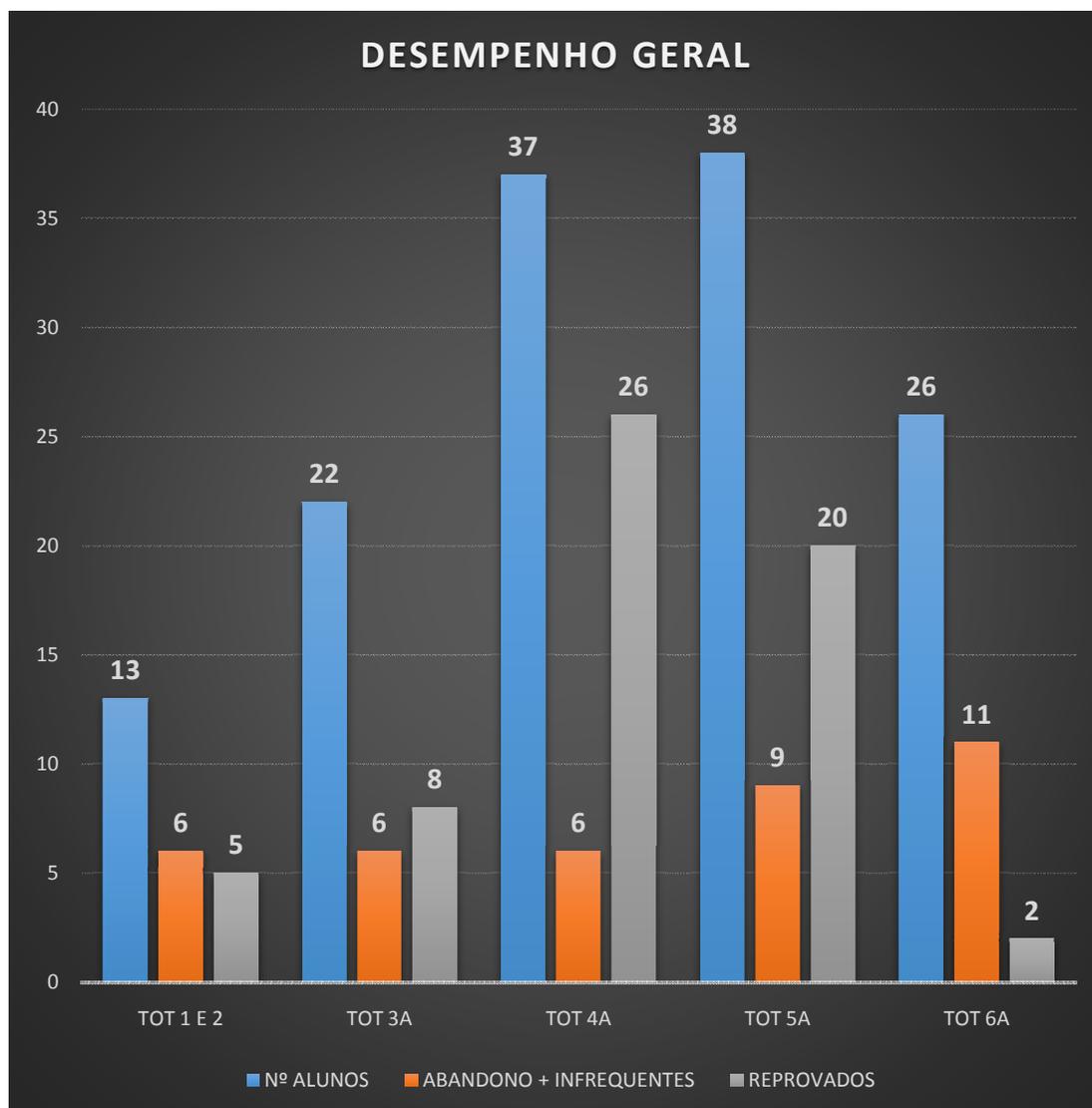
### APÊNDICE-B - GRÁFICOS DE DESEMPENHO

PLANILHA DE RENDIMENTOS SÉRIES FINAIS DO E. FUNDAMENTAL-2014					
TURMA	DISCIPLINA	Nº ALUNOS	NA	AP	A
801	Geografia	25	12	7	6
801	Português	25	16	5	4
801	Matemática	25	23	1	1
801	História	25	14	6	5
801	Ciências	25	11	11	3
801	Inglês	25	10	10	5
801	Ed. Artística	25	0	0	0
801	Ed. Física	25	9	9	7
801	Ed. Religiosa	25	11	5	9
<b>TOTAIS</b>		<b>25</b>	<b>106</b>	<b>54</b>	<b>40</b>



### APÊNDICE-B - GRÁFICOS DE DESEMPENHO

PLANILHA DE RENDIMENTOS EJA- 2014			
TURMA	Nº ALUNOS	ABANDONO + INFREQUENTES	REPROVADOS
TOT 1 E 2	13	6	5
TOT 3A	22	6	8
TOT 4A	37	6	26
TOT 5A	38	9	20
TOT 6A	26	11	2
<b>TOTAIS</b>	<b>136</b>	<b>38</b>	<b>61</b>



### APÊNDICE-B - GRÁFICOS DE DESEMPENHO

PLANILHA DE RENDIMENTOS EJA- 2014		
TURMA	Nº ALUNOS	REPROVADOS
TOT 1 E 2	13	38%
TOT 3A	22	36%
TOT 4A	37	70%
TOT 5A	38	52%
TOT 6A	26	8%

